

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

Nesta data, reuniu-se por convocação do presidente em exercício do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP), o Conselho Estratégico de Informações da Cidade (CEIC), órgão colegiado da estrutura do IPP, de acordo com a Lei 2.689, de 01 de dezembro de 1998, com a seguinte pauta:

Censo em Paquetá 2020 - IBGE

O Diretor-Executivo do IPP, Carlos Krykhtine iniciou a reunião, explicando o tema do encontro e a importância do Censo para o trabalho com informação. Em seguida, pontuou que o Secretário de Planejamento Urbano, Washington Fajardo, entraria na reunião em breve e passou a palavra para os palestrantes, os conselheiros Cláudio Stenner e Cimar Azeredo. O encontro se deu através do aplicativo Zoom, em virtude da pandemia da Covid-19 e da necessidade de respeito aos protocolos de segurança para a manutenção da saúde dos participantes.

O Conselheiro Cláudio Stenner saudou a todos, agradeceu pela oportunidade e contou que iria explicar um pouco sobre o Censo e depois tratar sobre o piloto feito em Paquetá. Começou a apresentação mostrando o território do Rio de Janeiro e os aglomerados subnormais.

Os pontos expostos na primeira parte da reunião foram:

- O mapeamento do território e sua importância na qualidade do Censo;
- Como o IBGE organiza o território para pesquisa: o primeiro passo é a divisão do município em setores censitários, recortes operacionais que visam permitir a organização da coleta;
- O mapeamento da cidade em faces de quadras é o que “está por trás” da divisão dos setores;
- Cada recenseador recebe um setor, cada setor tem um conjunto de faces de quadra e, para cada face de quadra, existe uma lista de endereços na qual o recenseador deve percorrer e atualizar, se necessário. Essa abordagem garante que nenhuma parte do território fique de lado;
- Nos períodos entre os censos, o IBGE procura manter essa divisão atualizada;

Cláudio Stenner: “Em 2010 eram 2.500 setores e em 2020 a gente tem cerca de 13.500 setores censitários no município do Rio de Janeiro. Da mesma maneira, além dessa divisão geral do território em setores censitários, o censo se preocupa em identificar áreas com características especiais, tanto para facilitar a operação, como também para permitir a divulgação de estatísticas dessas áreas. Para o município do Rio de Janeiro, talvez a mais relevante dessas áreas sejam os aglomerados subnormais”.

Em seguida, Claudio Stenner mostrou alguns números coletados sobre os aglomerados subnormais ou favelas. Esses dados tratam sobre a estimativa de proporção de domicílios ocupados em Aglomerados Subnormais nas capitais estaduais, com o Rio de Janeiro em 10º lugar, com 19,28%.

Claudio Stenner: “Esse percentual dá 453.571 domicílios em aglomerados subnormais no município do Rio de Janeiro que, de fato, é um território muito importante para se ter informação e para as políticas públicas na cidade”.

- Dentre os Municípios do Estado do Rio de Janeiro, a maior proporção de domicílios localizados dentro de Aglomerados Subnormais é de Angra dos Reis, com a estimativa de 39,85%, seguido por Teresópolis com 34,21%, Arraial do Cabo com 21,57%, Cabo Frio com 21,37%, Macaé - 19,67%, Rio de Janeiro - 19,28%. Em seguida está Araruama com 18,87%, Itatiaia com 18,76%, Paracambi com 18,35% e Niterói com o percentual de 16,01%.
- Depois foram mostrados os aglomerados com maior número de domicílios em 2019, ainda no Estado do Rio de Janeiro, liderado pela Rocinha com 25.742. O conselheiro salientou que a precisão dos dados coletados em 2019 não é similar a de um censo.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

- Pesquisa Urbanística do Entorno dos Domicílios: feita algumas semanas antes da coleta domiciliar do censo. Nessa operação, os coordenadores, que controlam o trabalho dos recenseadores, percorrem os setores censitários supervisionados para conhecer a área e coletar informações, por observação, de informações urbanísticas;
- Essas informações são organizadas por face de quadras e se referem a pavimentação da via, arborização, presença de calçadas, iluminação pública, rampas, bueiros e pontos de ônibus. São informações úteis para as políticas públicas, propiciando uma visão geral e multiescalar da cidade;
- Os principais objetivos da pesquisa do entorno dos domicílios nos setores censitários urbanos são:
 - Coletar dados sobre a infraestrutura das cidades quanto à acessibilidade universal, circulação de veículos, capacidade de escoamento de água das chuvas e outros equipamentos presentes no espaço urbano;
 - Uma vez que o supervisor percorre o setor censitário analisando os aspectos urbanísticos previamente, ele garante uma melhor cobertura na coleta do questionário domiciliar, conhecendo melhor a realidade e os desafios do setor censitário;
 - Essa pesquisa é importante para formulação de políticas públicas em áreas urbanas para melhoria da qualidade de vida da população.

Cimar Azeredo fez a apresentação do pré-teste feito em Paquetá, explicando sobre o território da ilha e como são distribuídos os 12 setores, com a necessidade de recensear 1.200 domicílios.

- Apesar dos diversos testes, provas piloto e do Censo Experimental, alguns aspectos fundamentais da operação não foram exaustivamente validados;
- Dada a distância do Censo Experimental fez-se necessário a realização de uma operação anterior ao Teste de Homologação de Equipamentos e Sistemas a ser realizado em todas as unidades da Federação, previsto para ser iniciado em novembro de 2021;
- Além disso, se faz necessário testar a abordagem ao Informante em ambiente controlado depois de instalada a pandemia de Coronavírus. Paquetá já tem mais de 35% da população adulta e vacinada;

Cimar Azeredo: “A ideia de fazer em Paquetá, a gente viu que ela estava completamente vacinada e resolvemos fazer esse teste lá. Depois do teste, a gente percebeu: vamos ampliar esse teste para o Brasil inteiro. Então, a gente está fazendo esse teste agora, em Paulo de Frontin em novembro e mais 26 localidades espalhadas no Brasil inteiro. Qual a justificativa? Primeiro, sensibilizar a sociedade com relação ao censo. Uma maior preparação para o teste final, ou seja, aquele teste que a gente vai mostrar que o censo está redondo para fazer em julho do ano que vem”.

- Entre as justificativas para a realização do pré-teste:
 - sensibilização da sociedade sobre a realização do censo demográfico em 2022;
 - Maior oração para teste final, com foco na utilização dos equipamentos e sistemas do censo, previsto para ocorrer em novembro de 2021 em todas as Unidades Estaduais;
 - Testar pela primeira vez em campo a modalidade mista de coleta de dados, prevendo as abordagens na forma presencial, por telefone e pela internet;
 - Testar em campo a adoção de protocolos de segurança sanitária durante a realização da operação, frente a pandemia;
 - Fornecer elementos na construção do Processo de Disseminação do Censo Demográfico;
 - Testar e validar o funcionamento dos aplicativos de coleta e supervisão (CNEFE, Coordenadas, Mutirão, Transferência de Endereços, Relatórios, Coleta por telefone, etc.);
 - Melhorias nos Relatórios Gerenciais do SIGC e teste do SIGC da Pesquisa de Pós-Enumeração (PPE);
 - Testar os equipamentos novos em situação real de campo (uso intenso, sob o sol, com captura intensiva de coordenadas, etc.);
 - Testar o treinamento, os aplicativos de coletas, supervisão e reconciliação da PPE, assim como o sistema de pareamento assistido da pesquisa;

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

- Testar abordagem ao informante diante dos novos protocolos sanitários de prevenção à Covid-19;
- Testar os sistemas de forma integrada, em uma operação mais parecida com o censo real, acompanhando todo o processo de administração de áreas de supervisão, setores, distribuição, entorno (pré e pós coleta), coleta, supervisão e fechamento de setor;
- Testar aplicação do questionário do entorno em situação de preenchimento em faces inseridas pelo recenseador (entorno pós-coleta).

Cimar Azeredo também detalhou os questionários básico e de amostra. O questionário básico será utilizado em 90% dos domicílios durante o censo. Uma vez aplicado o critério de separação e independência, para confirmar que seja um domicílio único, é iniciado o questionário.

Cimar Azeredo: “Esse é um questionário que, dependendo da quantidade de pessoas no domicílio, pode levar em torno de 1:30 a 2 horas para ser respondido. Com o teste em Paquetá, percebemos que o questionário do censo está muito longo e que para o próximo censo teremos que reavaliar. Até 2030, precisamos arrumar uma solução para questionários mais enxutos”.

- Necessidade da criação de uma campanha para tornar a contagem de população em lei. Apenas o censo demográfico e o censo agropecuário são leis.

Cimar Azeredo: “A gente vai ter 27 testes espalhados pelo Brasil e a gente vai ter um teste aqui na cidade de Paulo de Frontin. Caso alguém aqui do conselho tenha interesse e queira acompanhar, a gente pode arranjar. Eu acho fundamental: botar o pé na lama e ir para o campo fazer a coleta e ver o quanto difícil é o trabalho de um recenseador. E, quando a gente começa a querer botar a pergunta nos questionários, tem que estar atento como é que é feito aquilo ali, é um trabalho desafiador e é bastante importante”.

Em seguida, Cimar Azeredo fechou a apresentação e abriu para perguntas e participações, organizadas pelo chat.

Roberto Medronho: Primeiramente, parabéns pela apresentação e pelo trabalho do IBGE. Eu sou um fã do trabalho. As minhas perguntas são basicamente as seguintes: um grande problema realmente são os aglomerados subnormais, as favelas. Há alguma interação com as equipes de saúde da família nesse processo, com agentes comunitários de saúde? De alguma forma, há algum gotejamento entre as informações que os ACS's têm e que vocês eventualmente vão utilizar? E a outra é: qual vai ser a estratégia que vocês vão utilizar para a questão das áreas em que temos um poder paralelo? Então, a gente sabe que essas questões também têm a ver com a segurança desses trabalhadores do IBGE e quais são as preocupações que vocês estão adotando. E por fim, o face shield é totalmente desnecessário, ele é utilizado quando a gente tem risco de uma exposição de algum fluido biológico espirrar na nossa cara, especialmente nos olhos, já que a gente já está de máscaras. Então, basta a máscara já é suficiente. Eu vi também que em uma das entrevistas os recenseadores estavam de máscara e o recenseado não. Se vai haver alguma orientação para que a pessoa que vai ser entrevistada também coloque a máscara. Por fim, é uma pergunta para o Carlos e os nossos colegas dessa grande instituição do IPP: quando é que poderemos ter mais amplamente o CEP nas favelas. Nós que trabalhamos com análise espacial em saúde, temos um grave problema na hora de identificar o endereço de porta dos casos de tuberculose, de dengue, de todas as doenças, porque normalmente muitos desses casos batem na entrada da favela por que não tem como referenciar e muitas vezes o trabalho de campo acaba sendo custoso. Tem até equipes que se dispõem a você pagar para eles irem lá identificar o ponto onde é que aquela pessoa efetivamente mora na favela, mas muitas vezes foge ao orçamento das nossas pesquisas”.

Claudio Stenner: “Em relação a essa questão, não só dos aglomerados subnormais, das favelas, mas existem outras áreas que a gente sabe também que podem ter algum risco de segurança. Como é que a gente trabalha esse tipo de questão: agora, a equipe do IBGE está sistematizando

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

essas informações, tem uma pesquisa operacional específica justamente para sistematizar informações sobre segurança e outras informações também a respeito dos setores censitários das áreas a serem visitadas, para que a operação possa ser feita de uma maneira melhor. Esse é um ponto. O outro ponto, a gente faz uma orientação geral a respeito dos contatos e, certamente, as equipes de saúde da família são muito importantes para ter um acesso melhor nessas áreas. Mas, talvez a gente possa trabalhar, especificamente aqui no Rio de Janeiro, uma coisa mais focada em relação às Equipes Saúde da Família para melhorar ainda mais essa relação do censo com o apoio das equipes, para ter acesso às áreas. Daqui até o censo, acho que dá pra gente pensar alguma coisa nesse sentido. Há também uma seleção específica, um processo seletivo especial de recenseadores das áreas, por exemplo, da Rocinha a gente procura no processo selecionar recenseadores da Rocinha, para justamente reduzir o risco de segurança e facilitar o acesso à área. São as formas que a gente normalmente usa para lidar com essas questões. Em relação ao recenseador e ao informante, o informante sem máscara é um problema porque o informante está na casa dele, então a gente não tem muito poder de obrigar a usar máscara na casa dele. Mas, a gente procura garantir a segurança do nosso servidor, ele é obrigado a usar máscara o tempo todo, tem álcool gel, e também, como o censo vai ser só em junho do ano que vem, a expectativa é que até lá a curva da pandemia já esteja numa posição baixa. O CEP nas favelas, e CEP em geral, a gente já tem vários projetos de tentar melhorar a Associação dos endereços adversos, mas tem algumas dificuldades técnicas mesmo fora das favelas. São muitas as dificuldades, mas a gente está sempre aberto, ainda mais no Rio de Janeiro, a fazer projetos pilotos onde a gente pode até aprender mais sobre essas questões”.

Carlos Krykhtine: “Só para complementar: a questão do reconhecimento de logradouros na Favela é um enorme desafio. existe todo um processo onde se reconhece e dá nome àquele logradouro, incorpora às bases cartográficas e noticia-se o Correios para que ele ganhe o código do CEP. Na Maré, por exemplo, foi feito um trabalho bastante extenso, como conjuntos de decretos publicados, dando nome àqueles logradouros e isso precisa ir continuamente em todas as áreas”.

Depois, Carlos Krykhtine passou a palavra para o Secretário de Planejamento Urbano, Washington Fajardo.

Washington Fajardo: “Uma questão boba, mas que eu acho que é sempre interessante quando a gente fala do censo, que o censo sempre funcionou como uma celebração, então tem uma ideia de festa cívica com a realização do simples. Aí tem um lado bastante egoísta nessa celebração, porque as pessoas são contratadas por um trabalho temporário. Então, eu não sei se vocês falaram sobre isso, peço desculpas se eu estou aqui me repetindo mas a pergunta é essa: se vai ter uma contratação temporária sem previsão desse tipo, e dada a situação econômica do país, eu acho que qualquer possibilidade do censo anunciar contratações e uma oportunidade de emprego temporário iria se converter em uma grande alegria. Então, se tem uma notícia ruim aí no prazo, do adiamento, mas acho que pode virar uma boa notícia se for apresentado esta possibilidade de trabalho porque é isso que as pessoas estão precisando”.

Cimar Azeredo: “Está previsto um processo de seleção simplificado, que começa no início do ano. As inscrições começam agora no final do ano. Esse processo tem a ideia de contratar 180 mil entrevistadores, no país inteiro, e mais cerca de 40 mil pessoas que vão estar no processo de supervisão e de coordenação. Então, ao todo, a gente vai ter atuando no censo, cerca de 220 mil pessoas. Essas pessoas vão trabalhar por um mês, aproximadamente, cada uma delas, porque a ideia é que o censo seja encerrado em 2 meses. Tem um mês a mais para o rescaldo final. Mas a gente está agora vendo o processo das taxas de remuneração desses entrevistadores. É uma oportunidade que as pessoas têm, mas não é um trabalho fácil. Existe uma desistência, que não é baixa, por conta do processo de hostilização de um recenseador, que passa, principalmente, em cidade grande, não é fácil. Talvez quanto mais alto o extrato de renda, pior o trabalho se torna. Fazer o trabalho na favela é muito fácil porque, uma vez identificando quem vai te guiar, por mais perigosa que a favela seja, você consegue ser atendido pelas pessoas. Diferente de você estar numa Vieira Souto, numa Delfim Moreira, onde você não é atendido nunca ou em condomínios de

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

luxo que, praticamente, você tem que parar o carro da polícia na porta para conseguir que o síndico do condomínio abra para você entrar. Então, por isso existem essas desistências, mas a gente tem conseguido fazer. A ideia é que a gente tenha taxas de pagamento que sejam boas para que seja atrativo para os recenseadores. Tem também o trabalho rural, que é um trabalho que você acaba caminhando muito e acaba que o número de domicílios recenseados é mais baixo. Embora você coloque uma taxa mais alta nos domicílios que são rurais, isso também atrapalha muito porque a pessoa tem que ter o seu transporte para poder fazer a coleta. Mas, eu concordo com você que é uma oportunidade. A gente vai ter que reverter um processo que por dois momentos seguidos a gente teve o censo cancelado, e aí acaba rolando um descrédito”.

Washington Fajardo: “Eu fico à disposição de vocês, o que vocês precisarem. Não posso falar, naturalmente, no nome da prefeitura, mas se o IBGE no Rio de Janeiro quiser fazer uma divulgação específica, eu acho que é importante. É também da natureza do IPP, como órgão dedicado à informação da cidade, a gente fazer eventualmente, se assim desejar o IBGE, uma comunicação integrada e até trazer essa boa nova, de uma possibilidade de um trabalho temporário e um trabalho que, de certo modo, significa um esforço cívico, coletivo, a importância do censo. Acho que, muitas vezes, isso acaba sendo um valor subjetivo da marca censo como algo importante, as pessoas têm, bem ou mal, mesmo não recebendo o entrevistador, mas tem uma expectativa de que isso aconteça. Então, me coloco à disposição, até para que a gente como prefeitura, com suas limitações, mas que a gente possa, pelo menos no Rio, fazer isso, fazer um censo de muita qualidade e excelência. Qualquer ideia que vocês tiverem, eu estou aqui à disposição”.

Andrea Pulici: Eu sou geógrafa de formação, acho que grande parte daqui do conselho sabe. Eu fui recenseadora em 1991, fui coordenadora de censo em 2000, e, por acaso, acompanhei o Censo 2010 em Silva Jardim. Eu acho que, falo isso por experiência própria, é um desafio enorme, a gente sempre quando vai num Conselho de Informação do Rio, a gente tende a pensar a experiência do Censo do Rio, mas a gente tem que lembrar que o IBGE tem a dimensão continental. São 5.574 municípios por rural, indígena, denso, vertical... E que a tentativa do IBGE é sempre a cada 10 anos e é um dado que a gente não pode errar. Então, eu sei que fica uma pressão enorme, sem censo em 2020 e 2021, mas, eu estou com uma dúvida, que é essa questão das formas de coleta de informação misturadas, um pouco presencial, por telefone, pela internet. Eu não consegui entender direito ainda como de fato vai ser esse acesso, e como funciona isso em termos de georreferenciamento e de seleção do questionário da amostra ou do universo. Essa é uma questão principal. De fato, a pergunta que eu tenho para vocês, até porque os nossos denominadores sempre, de todos os indicadores que a gente usa no município, a base é censitária. Então, como é que isso fica dentro desse georreferenciamento domiciliar. A segunda pergunta, é só uma confirmação, a gente não tem mais risco de não ter orçamento pro censo ano que vem. Entendo que a gente não deve abrir outro processo seletivo, deve ser na verdade efetivado o processo da inscrição do ano passado. Vocês vão abrir um novo período de inscrição? Uma vez que não foi devolvida a taxa passada? E a questão do formal e informal, a gente tem uma realidade no Rio muito específica. A gente tem o IPP, não é todo município que tem, então eu queria entender como vocês fizeram essa aproximação dos novos aglomerados subnormais para nível de Brasil. Eu sei que a gente tem um trabalho aqui no Rio muito próximo, mas como aconteceu nos outros municípios, principalmente com essa defasagem da gente ter preparado um censo para 2020 e a gente de fato estar entrando no censo 2022. E, nesses últimos dois anos, a gente sabe que a gente tem novos núcleos de população e de novas áreas, principalmente por conta da crise. Então, se vocês fizeram alguma atualização da base que estava preparada para o censo 2020 para a base de 2022. Dito isso, só reitero as palavras do nosso Secretário. E o IPP está em campo ainda em várias áreas de favela. A gente está em áreas bastante conflagradas e a gente está à disposição para qualquer parceria que precisem de entrada nesses territórios. Eu vou só reafirmar o que o Cimar falou, eu em 91, a primeira listagem que eu peguei era um condomínio de classe média na Ilha do Governador e eu tive muita dificuldade de mapear o Jardim Guanabara. Eu troquei as minhas listagens para a área da favela do Dendê, porque foi muito mais fácil de se fazer entrevista nas áreas de favela. Acho que é por isso que, desde então, eu só faço pesquisa em favela. Eu acho que sim, ainda mais em 2022, a aposta numa comunicação da importância, eu acho que esse

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

é o ponto fundamental. A população precisa entender a importância de um censo demográfico, inclusive para efeitos de planejamento de cidades”.

Cimar Azeredo: "Obrigado Andrea. Uma das perguntas que você faz, depois eu vou passar pro Claudio para ele completar as outras, mas sobre a história do telefone e do presencial e da internet. Na verdade, dado o setor censitário, onde a gente tem 400 mil setores aproximadamente no Brasil inteiro. Cada recenseador fica responsável por realizar o censo num setor censitário. Esses setores são divididos, que é o tempo que o recenseadores gastariam para fazer o setor censitário. Ele tem que ir fazer a marcação das coordenadas de cada um dos domicílios daquele setor. Uma vez que ele chegou no domicílio que identificou aquele domicílio como um particular permanente ocupado ou como um improvisado seja lá quem for na maioria das vezes com particular permanente e é um domicílio ocupado, ele vai dar opção para a pessoa responder por telefone ou internet ou de forma presencial. Claro que na maioria das vezes, a pessoa já vai estar ali. Não é fácil abordar de cara um domicílio. Ele já viu o cara ali ele já vai logo fazer o questionário. Se, por acaso, ele perceber alguma dificuldade, ele vai tentar quebrar essa recusa porque ele tem um tempo ali para ele realizar aquela operação. E aí que ele vai dar opção de responder pelo telefone, mas nunca ele vai fazer isso de cara. Quando for um edifício de apartamentos, quando for uma área mais nobre, ele vai ter essa opção. Ela vai estar presente ali na própria campanha que vai ser feita dentro do condomínio do prédio, vai estar presente. Agora, um fato é importante: ele precisa estar em cada um dos domicílios. Ou seja, é importante ficar claro que a gente não faz censo dentro de casa. A gente precisa botar um uma pessoa no território, caminhar pelo território, fazer marcas das coordenadas, e aí sim a partir dali é que é dada a decisão”.

Claudio Stenner: "Acho que assim, todos os domicílios vão ter coordenadas capturadas, não vai ficar nenhum domicílio sem coordenadas. Isso é importantíssimo pra gente, ter georreferenciamento de todos os domicílios porque isso possibilita milhões de processos ligados a supervisão, de divulgação. Então, acho que tem um potencial incrível. Voltando na questão da atualização da base especificamente, o ano passado foi feita uma atualização, com mais limitações por conta da pandemia, mas ninguém sabia direito como lidar. Agora a gente aprendeu um pouco melhor como lidar com a pandemia. Então, teve um processo de atualização do passado e esse ano também está tendo atualização da base territorial. Todos os casos, pelo menos aqueles mais importantes, estão sendo atualizados na base territorial. Eu acho que tem uma quebra de paradigma importante em relação a 2010. Em 2010 já existiam imagens de satélite, evidentemente, mas esse ano a gente tem uma disponibilidade quase infinita de imagens de satélite, o IBGE assina uma imagem de satélite, isso garante que a gente tenha uma visão bastante atualizada do território e muita coisa a gente consegue identificar já na imagem. A gente consegue ver na imagem e incorporar com isso na base territorial e aí o campo, é claro que o campo continua sendo necessário, mas somente em alguns casos, muita coisa a gente já consegue incorporar. Então, especificamente sobre os aglomerados subnormais formais e informais: qual é o processo de trabalho em geral? Primeiro, a gente fez uma modificação maciça dessas áreas, do ponto de vista morfológico, usando justamente as imagens de satélites, e de maneira centralizada no Rio, a gente passou esse material como o primeiro indicativo para todas as unidades estaduais do IBGE, que repassaram para as agências para fazer a confirmação daquela área ou um ajuste ou também a inclusão de outras áreas. E a confirmação de como é que é feito? Então, tem um formulário que as pessoas preenchem com determinadas características para ajudar na identificação e na classificação dessas áreas de aglomerados subnormais. A gente orienta também que as equipes regionais busquem as prefeituras, e a gente sabe que aqui no Rio é uma maravilha, São Paulo, Belo Horizonte, mas tem lugar que, de fato, não tem estrutura e tudo depende do IBGE. E eu não tenho dúvida de que o IPP pode nos ajudar a pensar em formas de tornar a informação do censo interessante para a prefeitura. Acho que esse apoio do IPP será muito bem-vindo”.

Eliana Silva: "Parabéns Cimar e Claudio pela apresentação super importante. Minha pergunta tem a ver com o que o Fajardo já trouxe sobre a questão de como vocês estão pensando a questão da articulação, da divulgação do censo. De como as pessoas se engajarem nesse processo da importância de responder o censo. A gente na Maré faz um censo, a gente tem um projeto que não

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

tem a intenção alguma de competir com o censo do IBGE, mas a gente sabe que as áreas de favelas, pela dificuldade de serem muitas vezes cartografadas, acaba que algumas áreas, historicamente, ficam bem à margem do que muitas vezes aquela favela representava. Isso diminuiu bastante, a gente tem acompanhado esse processo. Mas, uma coisa que eu acho que seria muito interessante, e talvez inovador no censo, no caso das favelas, seria pensar como integrar com a prefeitura no trabalho de algumas secretarias, essa parte inicial da primeira etapa do censo que o Cláudio falou, quando se faz a observação do entorno, que levanta a questão da infraestrutura. A questão de calçadas, de mobilidade. Com base nas favelas, a gente tem uma questão muito séria que vem ocorrendo, que é a ocupação das calçadas de uma forma assim absurda. Não tem mais quase calçadas, têm sido construídos muitos empreendimentos nas calçadas. E acho que tem um elemento importante dentro das favelas, nas maiores, que é a região administrativa, que são órgãos que deveriam ser envolvidos nesse processo de coleta de informações justamente para pensar em um planejamento e enfrentamento dessas questões de controle desse ordenamento. Então, minha pergunta é como que poderia pensar algum tipo de articulação ou até como experiência mesmo em alguns dos maiores conjuntos de favelas, para estar pensando uma ação conjunta com a prefeitura, uma ação conjunta com essas experiências que muitas organizações de coletivos têm dentro dessas favelas. A Maré vem sendo organizada muito a partir dessa provocação que a sociedade civil local fez de que as ruas precisam ter números, placas, nomes, precisam ter CEP. Então, eu queria perguntar se não teria como a gente também no caso do Rio, que tem algumas experiências específicas de levantamento de informações importantes, processos, como é que a gente poderia juntar todas essas partes para pensar, de fato, numa ação que depois da informação levantada, ela vire algo que contribua nesse planejamento da própria cidade".

Claudio Stenner: "Então, pegando alguns pontos do que você colocou. O primeiro é aquilo que eu mostrei no documento, o esforço que a gente faz aqui e, especificamente o Rio de Janeiro, que tem material, para justamente melhorar o mapeamento das vias e vielas das favelas. Isso é importante justamente para ter mais informações e garantir uma melhor operação dentro dessas áreas. Outro ponto que a gente tem trabalhado nesse sentido, essa parte das coordenadas do censo traz um outro elemento que é também fundamental. A gente tem a coordenada em tempo real, assim que o recenseador coletou a informação no campo, ela vai pros nossos sistemas e a gente enxerga na tela se aquela área ali ela está coberta ou não. Então, é possível identificar em tempo real qualquer processo, se tem um buraco na cobertura a gente identifica na hora, a tempo de ter alguma ação na operação. Sobre o entorno, dessa vez em 2020, a gente desenvolveu uma metodologia para ter todas aquelas informações urbanísticas do entorno das favelas também. Em 2010 a gente não tinha isso porque a unidade de coleta de informações do entorno é a face de quadra. E nas favelas, muitas vezes é difícil, tem as vias principais de ser identificadas. Acho que a maré até é mais fácil, mas tem outras que é muito difícil identificar as faces das vielas. Então, a gente, nesses casos, está coletando uma nuvem de pontos com as informações urbanísticas e assim permita ações de planejamento do poder público, com o objetivo de identificar as principais carências das diversas áreas e que subsidiam o planejamento das prefeituras, principalmente na melhoria da infraestrutura".

Carlos Krykhtine: Esses estudos dos entornos, acho que vai ser muito bom, inclusive, pra gente pensar em algum índice de qualidade do espaço urbano. Minha observação e talvez uma pergunta de como é que vocês vão estar pensando um pouco à frente o tratamento dos dados, e também a representação deles. A gente já está há bastante tempo, acho que não será possível se livrar dos setores censitários e o seu legado, porque eu tenho que guardar aqui uma comparação histórica do que está acontecendo com o território, mas esse censo traz essa inovação de ter o ponto georreferenciado da família da entrevista. Claro que nós temos aí as condições de proteção dos dados, mas vai permitir, digamos, reconfigurar a maneira como os dados serão agregados, talvez até um serviço um pouco mais próximo da necessidade dos municípios. A gente já tinha setores, temos a grade estatística do IBGE, 200 por 200, que é ótima, mas você tem muito daqueles casos dos municípios que têm bairros novos que surgiram, novas divisões, novos reconhecimentos de favelas ou de áreas que requerem um estudo mais específico. Eu acho que,

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

não sei se é do interesse do IBGE ou se vocês vão caminhar nessa direção, mas permitir algum tipo de serviço, algo em que o município, o ente federado, pudesse encaminhar digamos uma malha, uma geometria, e pudesse receber de volta os dados agregados para aquela malha, respeitando um tamanho mínimo, claro, para garantir a lei de proteção dos dados. Mas, acho que isso vai gerar uma flexibilidade muito grande na maneira como a gente vai conseguir filtrar os dados por território, reconhecê-los melhor e agregá-los em outras dimensões, em outros formatos, se libertando um pouquinho ali talvez desse legado do setor censitário, não abandonando, mas acho que podendo avançar um pouco mais. Queria que vocês pudessem fazer uma observação sobre esse aspecto".

Claudio Stenner: "A gente está pensando nessa possibilidade sim. Na verdade, são duas abordagens distintas. Uma delas está na fase inicial ainda de estudo e a gente não tem nenhuma decisão, justamente por conta das questões de sigilo, a gente trabalha com muito cuidado. A primeira delas é criar uma unidade mínima de ligação, como se fosse um subsetor censitário, uma unidade menor que, a partir daquele tijolinho, você pode reconstruir e construir áreas maiores. Teria um ganho já enorme, pelo teste que ele fez de 450 mil setores no Brasil para 10 milhões de unidades de agregação. Essa é uma possibilidade aberta. Outra possibilidade, que depende de estudos ainda, é a introdução de um erro aleatório no dado divulgado, para evitar justamente que o usuário pegue um polígono, depois pegue um outro polígono por subtração e identifique um domicílio. Então, a gente tem que tomar cuidado com isso também. E aí seria uma outra possibilidade, a introdução de erro estatístico. A crença é que na conjugação dessas formas a gente consiga chegar a uma metodologia segura e que garanta essa disponibilização mais livre de recorte geográfico. Eu, particularmente, defendo isso porque isso. Dá mais utilidade, mais valor para os dados do censo que, enfim, por mais que o IBGE se esforce em criar várias geografias, ele nunca vai dar conta das necessidades locais do Brasil inteiro. Então essa liberdade é importante. A questão é como conciliar isso. Eu acho que está cada vez mais próximo, do ponto de vista tecnológico e metodológico, de chegar a algo como você colocou".

Felipe Mandarin: "Vou repetir aqui o André, o Carlos e o Fajardo, e colocar aqui o IPP à disposição. A gente tem colaborado há anos, talvez décadas. É sempre bom reafirmar e estar à disposição. A gente atualizou recentemente nossos cadastros de favelas, que é de onde, especialmente do censo 2010, de onde sai o cadastro aglomerados subnormais que foi usado ali, com todo o trabalho que a gente fez. Num processo até bastante similar, tem um reconhecimento por imagem, e depois uma ida a campo, com um formulário pré-definido, e aí a gente tem, a diferença está aí, o município do Rio tem o seu Plano Diretor, onde é definido qual é o conceito do que seria uma favela, e o IBGE o seu critério para aglomerados subnormais, que explica facilmente porque uma coisa é diferente da outra e, o máximo possível, a gente trabalha para integrar. Interessante reparar que o processo de mapeamento e de cadastro é muito similar. Outro ponto, você comentou que vocês têm o contrato com a Maxar, eu imagino que sei a resposta, mas se esse tipo de imagem poderia ser compartilhada com os municípios. Um produto de 2019 que é interessante é a cartografia da cidade. Finalmente não tem nenhuma distinção nos seus elementos, camadas e visualização em relação à área formal e informal. Então, a gente tem tudo ali mapeado, o que é visível na imagem, então até essa referência para o campo, vielas, escadarias, becos, ruas. Está ali na cartografia e está à disposição do IBGE e também de todos aqui naturalmente. A gente tem trabalhado agora na criação de uma nova capacidade que o IPP sempre foi muito cobrado, e que a gente entende também a importância, é que analisar a expansão vertical dessas comunidades informais, mas também por que não de toda a cidade. E estamos trabalhando com a última tecnologia aí, o levantamento laser, para fazer esse mapeamento. Acho que é interessante que a gente consegue ver um adensamento que não é visto quando se está olhando só horizontalmente, até para o planejamento do campo pode ser interessante a gente identificar aí. Eu sei que talvez para esse censo, o barco já tenha partido, mas é bom a gente estar em comunicação"

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

Claudio Stenner: "Felipe, obrigado pela parceria, o IPP é muito importante para o IBGE. Eu nem sei, com sinceridade, essa cartografia nova que você disse em 2019. Eu não tenho certeza se a equipe do IBGE entrou em contato com você daqui do Rio de Janeiro local, vou até verificar. Realmente eu não sei, como é recente, com a pandemia, deu uma mexida nas formas das relações de algum modo. Mas eu vou até perguntar, e até a gente tem interesse sim para aprimorar, mesmo que a gente consiga incorporar no censo agora, mas como você disse, a base territorial é contínua, então a gente tem todo o interesse nessa questão. Eu acho que essa opção de mapeamento usando a tecnologia laser, isso é para áreas muito densas, uma Rocinha, uma Maré, de fato é só assim você consegue identificar mudança. É uma coisa que a gente não usou ainda, mas eu acho que isso é uma notícia interessante. Só que a Maxar, infelizmente o contrato é isso, a imagem é só para uso interno, os produtos derivados da imagem que pode divulgar. Mas a gente não pode compartilhar o serviço de imagem".

Kelson Senra: "Eu queria registrar o seguinte: existe uma diferença muito grande da cultura e da capacidade de organização do Rio de Janeiro, do município do Rio de Janeiro e dos municípios da periferia. E eu, que fui responsável pela habitação em Caxias, fui demandado pelo IBGE para ajudar a caracterizar os assentamentos precários dos aglomerados subnormais e não consegui fazer. Mesmo tendo boa vontade, porque a demanda num município desse é muito grande, acaba tendo que priorizar atendimento. E eu acho que na Região Metropolitana, o Instituto tem um papel nisso, no Sistema de Informação, de estar atuando junto com os municípios, principalmente da periferia, para avançar na caracterização do que é assentamento precário. Isso é um problema. No Plano Metropolitano, nós tivemos que definir um recorte para o que seria assentamento precário na região metropolitana. Utilizamos dados do entorno habitacional, cruzamos com renda, porque se você não cruzar com renda, áreas que têm baixa qualidade urbanística mas que tem alta renda acabam entrando, como é o caso de algumas regiões de Maricá e em algumas outras regiões. Então, eu acho que esse trabalho de avançar na definição daquilo que é assentamento precário é muito importante, e eu acho que isso pode ser construído numa parceria com o IPP, que tem uma expertise muito grande disso e o Rio está muito na frente, com o Instituto Rio MetrÓpole, que pode estar dando apoio para os municípios da periferia. Acho que com a própria articulação com o IBGE e eu acho que a gente devia colocar esse ponto numa pauta, tentar pensar sobre isso. Porque foi uma das questões que nós enfrentamos na hora de tratar do Plano Metropolitano. E aí nos colocamos à disposição para conversar sobre esse tema. O Sistema de Informação Metropolitano é pauta do IRM, é uma das demandas e eu acho que aí é um papel muito grande."

Claudio Stenner: "Sem dúvida, esse ponto que você colocou e acho que aqui no Rio de Janeiro ainda é mais agudo ainda. Aqui no Rio de fato é um desnível muito grande. Tem informações muito boas, e nos demais municípios as informações são muito limitadas, e com isso o nosso trabalho é mais difícil. Acho que a gente conseguiu avançar de 2010 para cá na identificação dos aglomerados subnormais. Agora, é evidente que não esgota a temática, até porque os tipos de precariedade muitas vezes são diferentes, às vezes aquela área nem se caracteriza como subnormal, mas tem um grau de precariedade muito alto. Eu vejo assim, como é que a gente poderia melhorar isso no futuro. A gente tem uma base de áreas identificadas de aglomerados subnormais para toda região metropolitana com o mesmo critério e tem as informações censitárias. Eu acho que as informações censitárias, especialmente conjugadas com as informações urbanísticas do entorno do domicílio, podem propiciar a melhoria da identificação de outras precariedades dentro da região metropolitana com critérios homogêneos. Acho que essa é a grande contribuição do censo, tratar de diversas áreas em diversos municípios com o mesmo critério. E um viés para a gente dialogar nesse sentido é um prazer para a gente e isso nos ajuda também a pensar trabalhos futuros, como a gente pode aprimorar mais essa questão que eu acho que é crucial para o planejamento de políticas públicas qualidade de vida da população".

Finalizada a rodada de perguntas, o Diretor-Executivo do IPP, Carlos Krykhtine, fez as considerações finais, agradeceu os presentes e encerrou a reunião do Conselho Estratégico. A Assessoria de Comunicação tomou notas e elaborou esta Ata, que será assinada pelos

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

conselheiros presentes. Eventuais correções serão encaminhadas pelos conselheiros e constarão da ata da próxima reunião do Conselho.